



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Dados sobre cargos da Pasta. Oferecimento de resposta após diligência da OGE. Adequado atendimento da demanda. Perda de objeto recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 040/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Administração Penitenciária, número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre cargos providos e vagos na Secretaria e quantidade de agentes de segurança exercendo funções administrativas.
2. A ausência de respostas ensejou o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Pasta enviou informações sobre os cargos providos e vagos e afirmou não possuir dados relativos aos agentes penitenciários que exercem funções administrativas. Cientificado, o interessado protestou pelo levantamento dos dados faltantes.
4. A Lei de Acesso à Informação visa à garantia do livre acesso a informações existentes e custodiadas pela Administração Pública, não sendo exigíveis trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação, produção ou tratamento de dados, para atendimento a pedido de informação.
5. Oportuno lembrar que as manifestações de órgão público são revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento consolidado desta Ouvidoria Geral, igualmente esposado no plano federal pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. No caso em apreço, constata-se que a demanda foi adequadamente atendida, nos termos da Lei de Acesso à Informação, após diligência da Ouvidoria Geral, por terem sido enviados os dados requeridos existentes, tendo a Pasta esclarecido não possuir parte dos dados almejados – aqueles relativos aos agentes penitenciários em funções administrativas.
7. Ante o exposto, atendido o pedido com o fornecimento dos dados existentes e disponíveis, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 5 de fevereiro de 2018.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

NIKEL